ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº72, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1994.

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto, do ano de mil novecentos e noventa e quatro, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Le­gislativo, em sua Sede, sob a Presidência do vereador Renato José Schneider, es­tando ainda presentes os seguintes edis: João Adelmo Welter, Roque Danilo Exner, Carlos Henrique Schaeffer, Mauro Moacir Diefenbach, Arlindo Vogel, José Führ, Agenor Eloir Schmidt e Francisco Exner. O Presidente declarou aberta a reunião e so­licitou, de imediato, ao Secretário da Mesa Diretora, vereador Mauro Moacir Die­fenbach, a procedência da leitura da Ata da Reunião anterior. Colocada em discus­são, foi a mesma aprovada por unanimidade.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Do Deputado Renan Kurtz, convite aos vereadores para participarem da Sessão So­lene em homenagem à Semana da Pátria e à Semana Farroupilha a realizar-se às 15 (quinze) horas do dia 6 (seis) de setembro de 1994, no plenário do Palácio Farrou­pilha, em Porto Alegre; Do IGAM jornal de informações técnicas para a administração municipal; Da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul(UVERGS) programa do vigésimo quarto (XXIV) Encontro Estadual de Vereadores e quinto (V) Congresso Sul Brasileiro de Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais, a se realizar em Florianópolis nos dias 26 (vinte e seis) e 27 (vinte e sete) de agosto de 1994, e ainda, polígrafo com dados sobre Orçamento; Da Assembleia Legislativa, os jornais da Assembleia de nº6411, nº6412 e nº6416.

ORDEM DO DIA

Foram votados os seguintes Projetos: Projeto de Lei Nº21/94, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentarias para 1995, e dá outras providencias. O relator da Comis­são, que analisou o Projeto, disse que o parecer da Comissão era favorável. Colo­cado o Projeto em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade em 1ª (primeira) votação; Projeto de Lei Nº23/94, que concede reajuste salarial aos servidores Muni­cipais e dá outras providências. O relator, vereador Francisco Exner, em seu pa­recer se manifestou favorável ao Projeto. Sendo o mesmo aprovado por unanimidade, em 2ª (segunda) votação; Projeto de Lei Nº24/94, que autoriza o Poder Executivo a custear despesas com a revisão e conserto do veículo do Posto da Brigada Militar no Município, e dá outras providências. Em seu parecer, o relator, vereador José Führ, se manifestou favorável ao Projeto, sendo também esse aprovado por unanimi­dade em 2ª (segunda) votação; Projeto de Lei Nº25/94, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, dá outras providências. Explicou o relator, vereador Francisco Exner, que em re­lação as despesas que estavam previstas no Projeto, que não haveria, e que o con­vênio teria que ser firmado como estava, pois que conforme exposto pelo Prefeito, a CRT não admitiria mudanças no convênio. Explicou ainda que foram feitos novos testes e que o telefone seria interligado com o sistema de Montenegro e que des­ta maneira não seria necessária a colocação de poste e antena na localidade de Morro do Pedro. Falou também que após a instalação do telefone a administração teria que reunir-se com a comunidade daquela localidade e decidir quem receberia as chamadas e faria as ligações, pois que a Prefeitura não poderia colocar funcionário para atender a 2 (duas) ou 3 (três) ligações diárias. Em seu parecer, o rela­tor, vereador Francisco Exner, se manifestou favorável ao Projeto. Perguntou ain­da o vereador Arlindo Vogel, se o sistema desse telefone seria o mesmo dos demais celulares, em que aquele que ligava tinha que pagar e também aquele que recebia. Disse o vereador Francisco Exner, que não sabia ao certo, só que no domingo, dia 21 (vinte e um) de agosto, do presente ano, o candidato a Deputado Estadual, Se­nhor Tomazelli, esteve na Prefeitura e que comentara que esse

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº72 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 02

telefone não teria a tarifação dos outros, o que significava que só teria que pagar a ligação quem a fazia. Só que não podia afirmar isso com certeza, pois não tinha informações precisas. Após as explicações, o Projeto foi aprovado por unanimidade em 2ª (segunda) votação; Projeto de Resolução Nº07/94, que fixa a remuneração dos vereadores para o mês de agosto de 1994. Colocado em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade em 2ª (segunda) votação; Projeto de Resolução Nº08/94, que concede aumento salarial ao Assessor Legislativo. Colocado também esse em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade em 2ª (segunda) votação.

EXPOSIÇÕES PESSOAIS

O vereador Arlindo Vogel, no momento, pediu que fosse enviada correspondência ao  
Secretário da Saúde, solicitando providências no combate ao borrachudo. Disse que o inseto estava atacando intensamente. Também fez um relato dos salários pagos pelas demais prefeituras da região à seus funcionários, em comparação aos vencimentos dos funcionários dessa Prefeitura. Sendo que o exposto pelo vereador Arlindo Vogel resultou no seguinte quadro:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | PREFEITURAS | | | |
| CARGOS | IVOTI | PRES. LUCENA | SÃO J. DO HORTÊNCIO | L.COLLOR |
| SERV. MERENDEIRA 22H | 80,41 | 50,68 | 79,47 | 82,00 |
| SERV. MERENDEIRA 44H | 160,79 | 101,34 | 158,94 | 164,00 |
| OPERÁRIO 44H | 160,79 | 123,50 | 158,93 | 220,00 |
| MOTORISTA 44H | 195,27 | 151,99 | 215,02 | 265,00 |
| OPER. DE MÁQUINA 44H | 238,00 | 177,32 | 252,41 | 291,00 |
| PROFESSOR N1 22H | 156,58 | 119,91 | 148,85 | 194,00 |
| PROFESSOR N 2 22H | 172,22 | 131,87 | 163,51 | 213,00 |
| PROFESSOR N3 22H | 195,70 | 149,85 | 179,87 | 243,00 |
| PROFESSOR N4 22H | 227,01 | 173,81 | 199,84 | 281,00 |
| PROFESSOR N 5 22H | 234,85 | 179,82 | 217,63 | 291,00 |

Comentou ainda o vereador Arlindo Vogel que muitas vezes se falava e não se sabia da realidade de um município para outro. Disse o vereador Mauro M. Diefenbach, que achava que os culpados de o salário do funcionalismo municipal ser baixo eram os vereadores, por terem aprovado o projeto que estabelecia os vencimentos do fun­cionalismo quando da criação dos cargos. Comentou que os vereadores não tinham nenhuma experiência e aprovaram o Projeto tal qual ele viera do Executivo. Fez a comparação de que vieram para a Câmara como crianças no primeiro dia de aula, que fazem tudo como o professor pede e não sabem se está certo ou errado. Disse o ve­reador Arlindo Vogel que não podia concordar, que os vereadores fossem os culpa­dos. Falou o vereador Mauro M. Diefenbach que se tivessem naquela vez a experiência que tem no presente, não teriam votado o Projeto como viera. E sim o teriam alterado, e disse ainda o vereador Mauro M. Diefenbach, que não queria culpar o colega vereador Arlindo Vogel, mas que ele como já fora vereador no Município de Ivoti, poderia ter dito aos demais que as coisas não precisavam ser bem assim. Falou o vereador Arlindo Vogel, que os funcionários dessa Prefeitura no início receberam a mesma remuneração que os funcionários das demais Prefeituras. Só que o não recebimento de reajuste no primeiro mês de implantação do

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº72 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 03

Município e as perdas nos demais meses fizeram com que o salário dos funcionários dessa Prefeitura ficassem mais baixos. Pois que no início quando os aumentos estavam na base de 40% (quarenta por cento) um mês sem reajuste já fazia a diferença. Comentou ainda vereador Arlindo Vogel, que os colegas vereadores olhassem nas Atas, o número de vezes que fizera a solicitação de reposição das perdas salariais e que o pró­prio Prefeito respondera que iria repor gradativamente as perdas, mas que tal fato ainda não ocorrera. Comentou o vereador Mauro M. Diefenbach, que o funciona­lismo público municipal estava com um dos mais baixos níveis salariais do Estado. Falou o vereador José Führ, que os vereadores não poderiam ter aumentado o valor dos salários quando da criação dos cargos, só podendo se ter recusado a votar aqueles valores. Perguntou o vereador Mauro M. Diefenbach ao professor Gilson Dahl, que se fazia presente assistindo a sessão, se os professores receberam no mês de janeiro, do ano passado, o salário pago pela Prefeitura de Ivoti ou pela Prefeitura de Presidente Lucena. Respondeu o professor Gilson Dahl que receberam o salário pago pela Prefeitura de Presidente Lucena, só que o mesmo valor pago pela Prefeitura de Ivoti no mês de dezembro do ano anterior. Disse o vereador Arlindo Vogel que o único problema foram os aumentos que ficaram abaixo dos índices concedidos pelos demais municípios. E que se o Prefeito quisesse repor as perdas poderia fazê-lo já no próximo mês e em sua opinião, os vereadores não eram os culpados se o Prefeito sempre mandou projetos concedendo aumentos abaixo dos ín­dices pagos pelas demais prefeituras. Falou o vereador José Führ que não podiam os vereadores aumentar os índices de reajuste e se não tivessem votados os proje­tos, teriam feito com que o funcionalismo ficasse sem aumento. Perguntou o verea­dor Roque D. Exner ao Presidente da Mesa Diretora, se já havia falado com o Pre­feito sobre as perdas salariais, visto que na reunião anterior já se havia discu­tido a questão. Disse o Presidente da Mesa Diretora, vereador Renato J. Schneider, que não falara com o Prefeito, pois que esteve na Prefeitura e que o Prefeito não se encontrava, e que deixara aviso, que se fosse possível que o Prefeito passasse na residência dele, só que o mesmo não viera. Pediu o Presidente da Mesa Diretora, que fosse enviada correspondência ao Poder Executivo, solicitando a relação dos vencimentos de todos os funcionários da Prefeitura, já incluído o reajuste do presente mês. Disse o Presidente da Mesa Diretora que fizera um levantamento e que no geral a situação não estava boa, só que, perguntou, se os colegas vereadores já haviam se lembrado do colono. Pois que como agricultor sentia as dificuldades enfrentadas por essa classe. Como exemplo do quanto pouco era valorizado o serviço do colono, citou o caso do leite, para o qual o agricultor recebia R$0,18 (dezoito centavos) pelo litro e ainda sendo descontado desse valor o frete e o Funrural. E ainda, pela caixa de aipim, não recebia nem R$2,00 (dois reais) e pela tonelada de cana-de-açucar, não recebia nem R$15,00 (quinze reais). Comentou ainda que os agricultores eram uma classe muito sofrida mas que mesmo assim estava aquentando, quieta. Falou também o vereador Renato J. Schneider, que o funcionalismo municipal estava ganhando pouco, que poderia ganhar mais, mas em comparação aos colonos, estavam em melhor situação. Disse que o colono não tinha defesa nenhuma, que a única arma que tinha era juntar as mãos, olhar para o céu e rezar. E pediu aos demais vereadores que refletissem um pouco sobre o que falara. Falou por último, o Presidente da Mesa Diretora, que na próxima semana não teria reunião, pois que seria a 5ª (quinta) quarta-feira do mês e que a 1ª (primeira) quarta-feira do mês de setembro, seria no dia 07 (sete), que era feriado e sugeriu ser realizada a reunião no dia 06 (seis), sendo a sugestão aceita pelos demais verea­dores. Como mais nada houvesse para ser deliberado, o Presidente declarou encer­rada a Reunião, marcando a seguinte em caráter ordinário,

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº72 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 04

para o dia 06 (seis) de setembro, do corrente ano, no mesmo local e horário. E, para constar, Cesar Al­berto Karling, Assessor Legislativo, elaborou a presente Ata, a qual após lida a aprovada , será subscrita pelo Presidente e Secretário da Mesa Diretora.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

PRESIDENTE SECRETÁRIO